

PGR diz que Cabral não age de boa-fé e reitera que delação é inválida

A delação de Sérgio Cabral dá mostras de "falta de boa-fé e de lealdade ao apresentar, mais de um ano após a homologação de seu acordo, os novos relatos que a PF denominou de narrativas complementares". "O método adotado permite o surgimento de novas narrativas quando o colaborador julgar oportuno."

Reprodução



O ex-governador Sérgio Cabral (MDB-RJ)
Reprodução

A petição, assinada pelo vice-procurador-geral da República, Humberto Jacques de Medeiros, destaca também a inconveniência da possibilidade de a polícia firmar acordos de colaboração sem a anuência do Ministério Público, único órgão capaz de propor ações penais.

Com tais argumentos, a Procuradoria Geral da República encaminhou nesta sexta-feira (14/5) manifestação ao Supremo Tribunal Federal reiterando que não são válidas as declarações prestadas pelo ex-governador do Rio de Janeiro em acordo de delação premiada firmado pela Polícia Federal sem a participação do Ministério Público.

O ministro Edson Fachin, do STF, [havia pedido](#) um pronunciamento da PGR sobre as solicitações feitas pela PF para investigar autoridades com prerrogativa de foro.

A manifestação retoma os argumentos já apresentados em agravo regimental que contestou há mais de um ano, em março de 2020, a homologação do acordo assinado com o ex-governador do Rio de Janeiro, seguindo o entendimento de gestão anterior da PGR, com Raquel Dodge à frente, e da franquia da "lava jato" no Rio de Janeiro — hoje integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Após análise do material, o Ministério Público Federal identificou que novamente os relatos estão desacompanhados de elementos de corroboração.

PET 8.482

Date Created

14/05/2021